



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

Jornal da Cidade

B-4

ARACAJU, SEXTA-FEIRA, 3 DE JULHO DE 2015

CIDADES

MPF e MPE querem estar mais presentes nas escolas de SE

Projeto dos órgãos promete implantar melhorias na educação do Estado

Paulo Rolemberg
DA EQUIPE JC

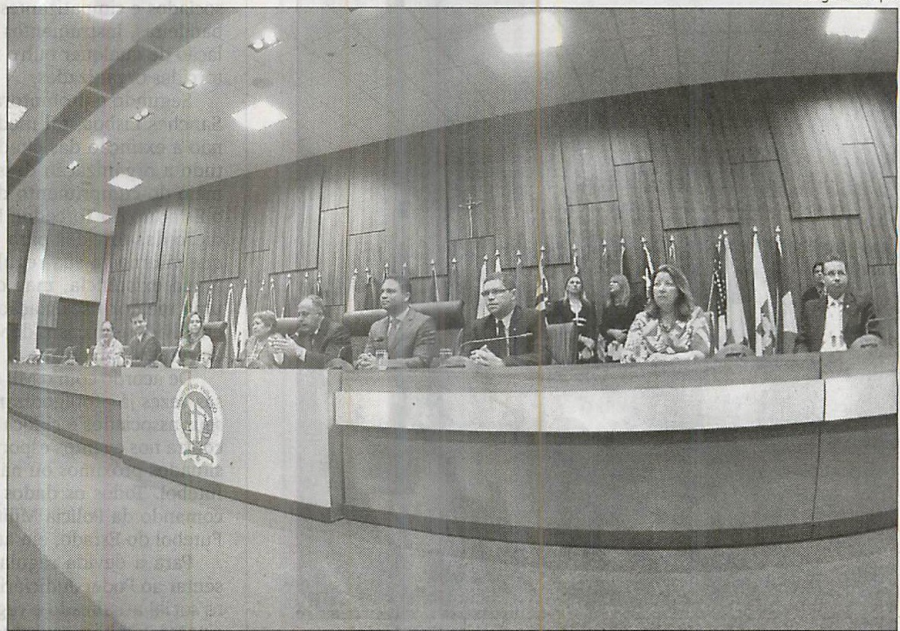
Jorge Henrique

O procurador geral de Justiça de Sergipe, Rony Almeida, disse que os órgãos fiscalizadores e de controles falharam sobre as denúncias referentes à merenda escolar no município de São Cristóvão, que ganharam repercussão após reportagem do jornalista Roberto Cabrini, do SBT. A afirmação foi feita durante o lançamento do Projeto “Ministério Público pela Educação – MPEDUC”, uma parceria dos **Ministérios Públicos Federal e Estadual**.

“Todo mundo acompanhou a questão da merenda escolar. Temos que fazer a ‘mea culpa’. Os órgãos de fiscalização, os órgãos de controle, todo mundo falhou. Porque todo mundo se ausentou das escolas”, disse Rony, na presença de dezenas de prefeitos e secretários municipais de Educação.

O procurador-geral disse que os promotores de Justiça das comarcas no interior do Estado, devido às diversas atribuições, não têm conhecimento do dia a dia nas escolas e pediu a participação direta da população. “É preciso que a população diga o que está faltando, se a escola está com alguma deficiência na estrutura física, se a merenda não é boa, para que o Ministério Público possa agir”, disse Rony Almeida. “Os promotores são muito sobrecarregados no interior do Estado com muitas atribuições, mas temos que encontrar uma forma de dedicar uma parcela de nossa atribuição, fazer uma dedicação especial à questão educacional”, afirmou.

Segundo o procurador-geral de Justiça, o projeto



PROCURADORES lançam projeto “Ministério Público pela Educação” para melhorar cenário educacional

MPEDUC tornará o Ministério Público Estadual (MPE) e o Ministério Público Federal (MPF) mais presentes nas escolas do interior do Estado. “A presença visitando a unidade, verificando se a carteira está quebrada, se o conselho está falhando, se a unidade da prefeitura também não fez o seu trabalho com eficiência. Com educação se pode cobrar segurança pública, saúde e todos os serviços que o Estado deve prestar”, finalizou.

A procuradora-geral da República, Livia Tinóco, disse que o MPEDUC é um projeto estratégico do MPF. Segundo ela, o projeto chegou em Sergipe com algum atraso, já que encontra-se em execução desde 2013 em outros Estados, no entanto, chega ao Estado

com alguma maturidade devido às experiências vividas em outros Estados. Ela garantiu que todas as escolas de Sergipe estarão no projeto. “Todos os municípios e escolas do Estado serão atendidos. Nosso Estado permite devido à dimensão territorial”, comentou.

Tinóco disse ainda que o apoio do MPE foi essencial para implantação do projeto. “Seria impossível para o MPF desenvolver esse projeto sozinho. Permite a capilaridade, que está em cada um dos municípios e em cada uma das escolas”, finalizou.

O promotor de Justiça, Alexandre Sampaio, do Centro de Apoio Operacional dos Direitos à Educação do MPE, cobrou que as pessoas envolvidas vi-

sitem as escolas e conheçam a realidade delas. “Vamos sair dos nossos gabinetes com ar-condicionado. Vamos ver o porquê um jornalista nacional apresentar uma matéria com dados sinistros de corrupção de merenda escolar”, enfatizou.

O MPEDUC, em execução em todo o Brasil, tem por objetivo implementar melhorias no cenário educacional, avaliando a qualidade da educação oferecida em cada escola sob oito aspectos: estrutura física, pedagogia, inclusão, alimentação escolar, transporte escolar, programas do governo federal e funcionamento dos dois principais conselhos sociais que atuam na análise de prestação de contas de verbas direcionadas para educação.